

# Senado aprova aumento de 513 para 531 deputados

Como o projeto teve alterações, precisará retornar à Câmara

Por Karoline Cavalcante

O Senado Federal aprovou nesta quarta-feira (25), por uma margem apertada de 41 votos favoráveis contra 33 contrários, o Projeto de Lei Complementar (PLP 177/2023) que amplia o número de cadeiras na Câmara dos Deputados de 513 para 531 a partir das eleições de 2026.

A proposta, de autoria da deputada Dani Cunha (União-RJ) e relatada pelo senador Marcelo Castro (MDB-PI), é uma reação a determinação do Supremo Tribunal Federal (STF) para redistribuição das vagas conforme os dados do Censo de 2022.

Pouco antes, os senadores aprovaram, por 43 votos a 30, o regime de urgência para a tramitação da proposta. Em meio aos festejos de São João, a sessão ocorreu em formato semipresencial e com o plenário esvaziado. Como o texto sofreu alterações em relação à versão aprovada na Câmara dos Deputados, ele precisará retornar para nova análise da Casa Baixa.

A decisão provocou reação de parte dos parlamentares, principalmente pela previsão de impacto orçamentário. Estimativas da direção-geral da Câmara apontam que cada novo deputado pode custar cerca de R\$ 3,6 milhões por ano aos cofres públicos, totalizando aproximadamente R\$ 65 milhões anuais com as 18 novas vagas.

Apesar das críticas, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), fez questão de deixar temporariamente a condução da sessão para contribuir com os votos favoráveis à medida.



Eudardo Girão: aumento dos deputados é “desrespeito ao contribuinte”

## Resistência

Na avaliação do senador Eduardo Girão (Novo-CE), o aumento de cadeiras representa um desrespeito ao contribuinte. Ele argumenta que o Brasil já está entre os países com o maior número de parlamentares no mundo. “Democracias vizinhas funcionam bem com menos de 100 deputados. A média mundial, em países pujantes, é de 300 deputados. Esse projeto traz custos altíssimos: salários, emendas, estrutura, regalias e ainda provoca um efeito cascata nas Assembleias Legislativas dos estados.”

Girão também criticou a falta de infraestrutura para acomodar os possíveis novos membros do Legislativo. “E o mais absurdo: nem há estrutura no Congresso para receber mais parlamentares. Não tem gabinete, não tem cadeira, não tem justificativa. Num momento de crise fiscal e dificuldade para o povo, aumentar o número de deputados é uma afronta”, completou Girão.

## Verbas de gabinete

Para tentar conter a resistência, Marcelo Castro incorporou uma emenda do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) que proíbe qualquer acréscimo nas verbas de gabinete, passagens, auxílio-moradia e cotas parlamentares para os novos parlamentares — o que, na prática, visa restringir o impacto financeiro do aumento.

“Será mantida constante, sem aumento real, a despesa total relacionada ao exercício do mandato em decorrência do aumento do número de Deputados Federais, durante a legislatura seguinte à data de promulgação desta lei complementar, inclusive as verbas de gabinete e cotas parlamentares, passagens aéreas e auxílio moradia, considerados os valores correspondentes ao exercício de 2025, vedada a aprovação de créditos adicionais, remanejamento, transposição ou transferência orçamentária”, diz o dispositivo incluído.

## Redistribuição

O prazo estipulado pelo STF, que se encerra em 30 de junho, tinha como objetivo garantir a redistribuição das cadeiras já existentes na Câmara com base em critérios populacionais atualizados. Nesse cenário, sete estados — entre eles a Paraíba, do atual presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB) — poderiam perder representantes para que outros ganhassem.

No entanto, com o PLP 177/2023, analisa-se um modelo que apenas amplia o número total de vagas.

Ao todo, nove estados serão beneficiados: Pará e Santa Catarina receberão quatro novas cadeiras cada; Amazonas, Mato Grosso e Rio Grande do Norte terão duas a mais, enquanto Ceará, Goiás, Minas Gerais e Paraná ganharão uma vaga cada.

# Fachin vota a favor das big techs no Marco Civil da Internet

O ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), votou pela constitucionalidade das regras atuais de responsabilização das plataformas de redes sociais. Assim, ele se alinha à divergência aberta pelo ministro André Mendonça no caso do Marco Civil da Internet.

O plenário retomou nesta quarta-feira (25) o julgamento em torno do momento em que as big techs devem ser responsabilizadas por conteúdos publicados por terceiros. Já há maioria em sentido contrário ao anunciado por Fachin no início da sessão.

“Entendo que apenas por meio de ordem judicial é possível restringir o conteúdo de terceiros”, disse o ministro.

Com o voto de Fachin, o STF soma 8 a 2 para ampliar as obrigações às empresas, mas ainda terá que modular uma tese ao final do julgamento, já que há divergências entre os magistrados sobre sua amplitude.

Segundo o ministro, a regra atual é um incentivo para que a regulação das plataformas faça a regulação da melhor forma possível, por meio da mediação do Judiciário, e manifestando preocupação com a defesa da liberdade de expressão.

## “Péssima experiência”

“É péssima a experiência que este país teve na regulação dos meios de comunicação.



Para Fachin, experiência de regular redes foi “péssima”

Corremos o risco de ver temerárias ações contra jornalistas e professoras”, disse.

Fachin defendeu ser necessário dar maior proteção aos direitos fundamentais envolvidos no debate, incluindo a liberdade de expressão e de privacidade, mas que isso não deveria ser feito por via do Judiciário.

“Os mecanismos de proteção da democracia precisam ser encontrados dentro da caixa de ferramentas da própria democracia”, defendeu Fachin. “E, portanto, daí porque vejo a necessidade de termos uma certa cautela ao arrostarmos a concentração de poder que é

inequívoca das plataformas e suas empresas”, completou.

“Não há dúvida alguma de que há uma concentração que merece a preocupação, inclusive jurídica. Por isso, a minha divergência em relação ao remédio que está sendo empregado. Creio que há uma necessidade de uma regulação estrutural e sistêmica, que preferentemente não via Poder Judiciário”, afirmou Fachin.

O ministro havia dito nas sessões anteriores que apresentaria um voto com elementos diferentes dos proferidos até aqui. De acordo com ele, há várias obrigações às big techs

presentes em legislações posteriores ao Marco Civil, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

“Embora essa posição se aproxime da divergência, também não adiro às obrigações adicionais. Entendo que haverá um momento em que o tribunal deverá se debruçar sobre cada um dos pontos trazidos para chegarmos a uma conclusão”, afirmou.

## Marco Civil

A Corte debate o artigo 19 do Marco Civil da Internet, que define que as empresas só deverão indenizar usuários ofendidos por postagens de terceiros se descumprirem ordem judicial para remoção de conteúdo. A maioria dos ministros já entendeu que a norma em vigor, sancionada em 2014, é insuficiente para a proteção de direitos e garantias constitucionais.

Posicionaram-se para ampliar as obrigações às empresas os ministros Dias Toffoli e Luiz Fux (os dois relatores dos casos), além de Luís Roberto Barroso, Cristiano Zanin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia.

Até então, apenas André Mendonça havia votado para manter a responsabilização das plataformas apenas após decisão judicial. Falta agora somente o voto de Kassio Nunes Marques.

Ana Pompeu (Folhapress)

## CORREIO BASTIDORES

POR TALES FARIA (interino)

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Alcolumbre e Motta não são governo

## Motta e Alcolumbre ativam alarme no governo

As derrotas sofridas nesta quarta-feira pelo governo na Câmara e no Senado serviram, na verdade, como um aviso ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O recado é de que os presidentes da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), na verdade não são aliados como o Palácio do Planalto pensava.

São dois representantes e líderes do centrão no Congresso. Estarão ao lado do presidente da República apenas quando ele atender os pleitos do centrão.

As duas votações tiveram como pano de fundo: a) liberação do pagamento das emendas parlamentares; e b) pressão para o Executivo cobrar do STF que pare de insistir em transparência na distribuição de emendas.

## Hugo Motta

Os articuladores políticos do governo negam que tenham ficado parados. Dizem que apelaram a Hugo Motta várias vezes. Pediam para adiar a votação da derrubada do IOF. O presidente da Câmara insistia que não tinha conversa sem o pagamento das emendas.

## Alcolumbre

Davi Alcolumbre de início tentou trabalhar nos bastidores, pressionando sem bater de frente publicamente com o governo. Mas quando viu que o aumento do número de deputados poderia não ser aprovado, abandonou a Mesa Diretora e deu o voto decisivo no painel.



Para Congresso, Lula e Haddad são a mesma coisa

## Congresso atira em Haddad para ferir Lula

Logo após os deputados votarem a derrubada do projeto do governo de aumento do IOF, no plenário do Senado se aprovava o aumento do número de deputados.

Os projetos trarão aumento de gastos e mais amarras ao ajuste fiscal tão proclamado como necessário pelos políticos e empresários.

Nas conversas, os parlamentares apontavam o ministro Fernando Haddad como culpado pela revolta. Ou por aumentar impostos, ou por não cortar gastos.

Mas o problema é que o centrão concluiu que Lula já está em campanha. Os tiros em Haddad visam arrancar de Lula recursos e acordos eleitorais.

## Emendas

Quando políticos gritam muito no Congresso a questão de fundo são as campanhas eleitorais. Ou melhor, dinheiro para as campanhas, que vem na forma de emendas parlamentares. E a grande reclamação no Congresso é que o governo não está liberando as emendas.

## Não satisfaz

O governo bem que está tentando soltar o dinheiro cobrado pelo centrão. No entanto, não consegue satisfazer o apetite dos políticos. Nesta terça-feira, Lula dobrou o valor empenhado das emendas parlamentares. Passaram de R\$ 897,7 milhões para R\$ 1,72 bilhão.

## Os Trumps

A dobradinha Alcolumbre-Hugo Motta nas votações dessa terça-feira deixou em pânico os articuladores políticos do Palácio do Planalto.

É como se ambos tivessem se tornado um só, com as características de um Donald Trump. Podem aprontar tudo.

## Ao Bolsonaro

Alcolumbre e Hugo Motta mandaram um recado aos bolsonaristas:

Não entendam a revolta desta terça-feira como uma aliança eleitoral com Jair Bolsonaro. Foi um aceno visando o centrão.

Ainda tem muita água para rolar até o grupo decidir o que fará em 2026.